

UM ESTUDOS DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS E PRODUTIVAS DO ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA EM DIONÍSIO CERQUEIRA - SANTA CATARINA: Uma análise bibliográfica e históricas

Jerri Kallebe da Silva¹

Resumo

O objetivo desta pesquisa é refletir como o Assentamento Conquista na Fronteira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), está organizado, expondo as relação entre as teorias e práticas na vivência comunitária e cooperada. O método empregado foi descritivo e explicativo, configurando uma pesquisa de abordagem qualitativa, com obtenção de dados pelo procedimento documental e bibliográfico. Esta pesquisa destaca a experimentação de tornar visível os métodos e os conceitos de renda da terra, o uso da terra e as relações históricas e sociais que marcam o desenvolvimento dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As questões levantadas neste estudo, busca apontar uma reflexão sobre o pensamento marxista e as orientações coletivas do MST. Fato que possibilita que esta pesquisa se oriente para uma mediação entre os métodos adotados pelos membros do MST no Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira-SC para a construção de alternativas locais de resistências e superação ao modelo capitalista, na proposição e construção de um modelo justo e abertamente solidário. Por fim, este breve estudo aponta os principais pontos da vivência do movimento, consequentemente deixando um vasto horizontes de novos questionamentos.

Palavras-Chave: Propriedade. Organização comunitária. Capitalismo. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

¹ Especialista em gestão de pessoas pela Celer Faculdade Ltda/Xaxim. Especialista em tecnologias para educação superior pelo Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC/ CERFEAD de Florianópolis. Bacharel em Administração pela Celer Faculdades Ltda/Xaxim. Pós-graduando do curso de pós-graduação em gestão pública do Instituto Federal de Santa Catarina, CERFEAD de Florianópolis. Pós-graduando do Curso de Concepções Multidisciplinares em Leitura do Instituto Federal de Santa Catarina- IFSC/Campus Xanxerê.

1 INTRODUÇÃO

Na história brasileira a estruturação de modelos exploratórios partiram da dominação e submissão de etnias, este processo constituíram fases em que o domínio sobre a terra era restrito à grande parte da população, mantendo grandes áreas sobre o domínio de poucas famílias. Na fase colonial, o poder sobre a terra constituía o direito de explorar os recursos existentes e a possibilidade de escravizar os nativos presentes nas divisões intituladas capitânicas hereditárias, estruturas e estratégias que foram consolidadas sobre a ampla base da exploração mercantil, que drenava os recursos coloniais para o centro do império, mantendo a extrema miséria e desigualdade nas colônias, que padeciam de itens básicos do cotidiano (WEHLING e WEHLING, 1999).

Com o decorrer do tempo estas estruturas coloniais também sofreram as mudanças causadas pelo amplo processo de industrialização e as mudanças inspiradas na Revolução Industrial (1760) e Revolução Francesa (1789). Mas a marcha do tempo não deixou que as grandes extensões de terra chegassem a atender a população, havendo um monopólio sobre as terras, que passavam das mãos do Império² para as mãos dos favorecidos que dividiam sua parte com aqueles que constituíam os requisitos de colonizadores, prática que se perpetuou no período colonial. Mantendo as sesmarias³ sobre o domínio de senhores, que se caracterizavam em sua maioria como brancos e de origem portuguesa.

Mesmo ao fim do período de colonização, o Brasil não conseguiu superar as estruturas criadas em um modelo econômico mercantilista e de produção determinadas pelas exportações. O avanço sobre os territórios do interior do Brasil são impulsionados pela manutenção do modelo *plantation*⁴, consolidado na fase colonial e que permaneceu na estruturação dos monopólios dos latifúndios.

O monopólio da terra, implica diretamente no agravamento das questões sociais no campo, como a fome, desigualdade social, êxodo rural, trabalho análogo e a escravidão. Também a segurança alimentar do país é afetada, sendo demonstrado nos grandes volumes de exportação do agronegócio enquanto o Brasil ainda tem parcela da população

² Período colonial entre 1530 a 1822 (WEHLING e WEHLING, 1999).

³ São lotes de terras distribuídos a um beneficiário, em nome da Coroa Portuguesa.

⁴ Modelo de plantação baseado na monocultura.

passando fome⁵. Não sendo possível obter uma solução sem a Reforma Agrária e a estruturação de um modelo coletivo de uso da terra, colaborativo e de menor impacto ambiental, eliminando o latifúndio. O nascer dos movimentos sociais desnudam os princípios das relações de oprimidos frente à opressão, luta contra a repressão dos injustiçados frente ao poder.

Nesta tomada da terra, os movimentos populares tinham em sua grande maioria a intenção da produção agrícola para o sustento, a vida comunitária e social, tentando suprir as lacunas de um estado omissor. Sendo tidos como subversivos à ordem do capital, tiveram em sua maioria o destino da supressão pelo uso da força de repressão do Estado. Exemplos destas intervenções brutais dos governos pautados pelo modelo latifundiário, são o Massacre de Canudos (1896 a 1897) e a Guerra do Contestado (1912 a 1916) (SACHET e SACHET, 2001).

Também não podemos ligar à luta pela terra como uma luta pacífica, principalmente por parte do Estado, temos o compromisso de revelar que apesar de uma caminhada lenta e morosa que a justiça expressa ao edificar o Estatuto da Terra em 1964, esta luta está longe de ser menos sangrenta e eclodir em uma reforma agrária.

A união e organização de uma classe oprimida surge como resposta para os excluídos e injustiçados por uma sociedade construída em uma estrutura que cria desigualdade e injustiça contra a maior parte da população do país para justificar e manter poucos no poder e na abundância. O Brasil destaca-se nas dimensões territoriais continentais e na escassa justiça no meio rural, justiça representada pelo tardio Estatuto da Terra de 1964 que foi um dos motivos para um golpe militar sustentado pelas elites contra os trabalhadores, visando manter os despejos, os confrontos, a opressão, como palavras amargas e vivenciadas no cotidiano dos assentados e acampados.

A estrutura social limita os direitos daqueles que buscam o que está estabelecido pela constituição em seus princípios fundamentais e as mínimas condições de sobrevivência e dignidade, uma estrutura criada para que as desigualdades sejam perpétuas, não permitindo que haja o mínimo para que a maioria da população tenha o que lhes é essencial para a dignidade.

⁵ O Brasil no ano de 2014 havia saído do Mapa Mundial da Fome, principalmente devido ao alcance dos programas sociais como o Bolsa Família. No ano de 2020 alcança a marca cerca de 20 milhões que voltam a ter alimentação comprometida devido a inflação e pandemia de Covid 19 (FAO, 2021).

O direito à terra e o seu uso social e consciente as questões ambientais, impulsiona MST para a reforma agrária que é estabelecida pela Constituição de 1988, ação que emprega muito mais do que apenas a posse da terra, mas a justiça social e estruturação de uma sociedade justa, onde a terra tem uma relação com o ser humano não apenas de exploração, mas de consolidação da dignidade e evolução das práticas do trabalho rural que visem um equilíbrio entre o bem estar social e o meio ambiente.

A base de conduta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fundamentada no lastro teórico estabelecido por vários pensadores que visam a mudanças sociais e sistêmicas. Esta pesquisa busca descobrir como as reflexões marxistas, a partir da obra '*O Capital: Crítica da economia política*' (1867)⁶, inspiram e são apropriadas na organização, planejamento e as e as práticas sociais presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira no contexto atual.

Sendo assim o problema de pesquisa que norteou foi "Como ocorre a apropriação do conceito de propriedade presente no livro e sua assimilação na estruturação e no uso da terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)". Sendo os dados obtidos em diversas pesquisas que sintetizam os conceitos e elencaram elementos das vivências nos acampamentos e assentamentos.

O livro '*O Capital: Crítica da economia política*', obra de Karl Marx, de imensa abrangência e complexidade é tomada como ponto de partida para a conceituação do Movimento, mas nesta vasta obra são muitos os conceitos que podem ser analisados em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a reforma agrária. Não sendo possível aprofundar em apenas uma pesquisa, torna-se viável a análise qualitativa de um conceito central da obra, este conceito é a questão da propriedade e acumulação primitiva.

A leitura da obra norteou a pesquisa principalmente no trabalho de definição da presença de conceitos da obra no movimento, definindo o conceito de propriedade como principal a ser trabalhado, o que posteriormente nas discussões resulta de uma análise detalhada em frente às informações obtidas nos materiais pesquisados referentes ao

⁶ Na Alemanha em 1867, a primeira parte da obra intitulada '*O Capital*' chegava às mãos do público. Karl Marx após uma jornada de 20 anos de tribulações e perseguições, compôs as investigações no campo da Economia Política, resultando parcialmente no conteúdo do primeiro volume de '*O Capital: Crítica da economia política*' (GORENDER, 1985).

Assentamento Conquista da Fronteira. Tendo a pesquisa uma abordagem qualitativa e desenvolvendo como objetivo de pesquisa a descrição e a explicação do conceito no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por ser um movimento que busca uma forma de justiça social sobre o uso da terra, tem em sua essência a luta contra a desigualdade a qual é tratada e analisada na estrutura social, sendo apontadas de várias formas, como por exemplo a “renda da terra” (GORENDER apud MARX, 1983).

Em consequência do problema de pesquisa orientou-se as questões de pesquisa: a) Como ocorre a apropriação e interpretação dos conceitos de propriedade no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)? b) Qual é o contexto organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na aplicação dos conceitos de propriedade e renda da terra? Posteriormente, para definir os pontos de ação do conceito de propriedade e renda da terra: c) Como os conceitos de propriedade e renda da terra são aplicados e vivenciados no cotidiano do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)?

A partir deste objetivo geral ramificou se os objetivos específicos: a) pesquisar a apropriação e interpretação dos conceitos de propriedade e renda da terra contidos no livro ‘*O Capital*’ de Karl Marx no Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): b) analisar o contexto organizacional do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com base na aplicação dos conceitos de propriedade e renda da terra presente no ‘*O Capital*’ de Karl Marx: c) identificar como os conceitos de propriedade e renda da terra são aplicados e vivenciados no cotidiano do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Para orientar a pesquisa na captação de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, catalogando o material produzido e disponível nos meios eletrônicos e físicos. Este lastro teórico possibilitou a comparação de dados obtidos em pesquisas distintas e em períodos diversos, possibilitando uma síntese da evolução social e estrutural, definindo as fases organizacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no oeste de Santa Catarina.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de definir os elementos que margeiam as relações de propriedade e construção do modo de vida no movimento, mas também por levantar dados que possibilitem estudos posteriores acima do conteúdo já explorado e

assim criando margem para que os saberes expostos nesta pesquisa seja um ponto de partida para teses e antíteses, não havendo outro panorama melhor do que sínteses de novas leituras e interpretações sobre a aplicação dos conceitos presentes na obra de Karl Marx.

Esta pesquisa tem como contexto o Oeste de Santa Catarina. Sendo o Estado como uma configuração fundiária composta principalmente com matas, contando com 2.605.000 de hectares representando 40,40%, sendo desta quantidade 14,20% áreas de plantio de pinus e eucalipto totalizando cerca de 918.000 hectares. As pastagens tem uma área de uso de 1.832.000 hectares representando 28,40%. E as lavouras de produção de grãos tem cerca de 1.478.000 hectares representando 22,90% (EPAGRI, 2017).

Havendo o recorte de estudo o Assentamento Conquista da Fronteira, localizado no município de Dionísio Cerqueira, onde tem-se a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O espaço rural deste município é marcado pela divisão entre os pequenos produtores familiares de produção diversificada e os grandes latifúndios produtores de monocultura. E havendo também a presença de posseiros, trabalhadores assalariados, arrendatários e atingidos por barragens, todos dependentes das questões de posse da terra e uso (EPAGRI, 2017).

A partir deste cenário desenvolvemos a presente pesquisa, destacando os principais temas relevantes para responder aos objetivos e questões propostos, em uma fundamentação teórica que os engloba e destaca as conjunções históricas e sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa se fundamenta em reflexões teóricas que expõe a necessidade de discussão de novas formas de oportunizar o uso da terra de forma justa, tendo como base o uso da teoria marxista como ferramenta de avaliação social e desenvolvimento de movimentos coletivos e um padrão econômico de igualdade, beneficiando a muitos e não apenas a um pequeno percentual da população.

Para caracterizar o desenvolvimento teórico recorreremos a uma bibliografia específica que trata dos temas abordados pela pesquisa, estes se delimitam principalmente no marxismo, movimentos sociais, sociologia rural. A fundamentação teórica percorreu brevemente os principais pontos das obras e elementos que possibilitam

seu uso como lastro teórico que justifique e apoie a pesquisa, sobre os elementos que permeiam o estudo sobre o referido movimento social e as questões sobre a organização desenvolvimento e o uso da terra em coletividade.

O movimento pesquisado é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que “está presente em 24 estados em todas as regiões do país, contando com 350 mil famílias que conquistaram o direito à terra por meio da luta e da organização” (MST, 2019). A conquista do direito à terra não impede que a luta pela reforma agrária pare, sendo os assentamentos organizadores e mantidos juntos e ligados à causa, evidenciando nesta união o poder organizacional e de luta contra a desigualdade.

A obra monumental escrita por Karl Marx, define a luta de classes e os processos de exploração da mão de obra como elementos intrínsecos ao sistema capitalista, sendo ‘*O Capital*’ um estudo sobre todo o sistema capitalista e suas mais variadas facetas, este estudo possibilita uma visão diferenciada do que deve ser mudado nas relações de produção e propriedade, sendo que o MST, possui um processo de organização social que não se ampara na exploração do trabalho.

Para caracterizar a apropriação dos conceitos marxistas no MST, será utilizada uma síntese de outras pesquisas e autores, que possibilita a caracterização da forma de apropriação com a vivência, sendo esta uma possibilidade de renovação das práticas sociais. Olhado por esta ótica orienta a condução do estudo de análise e construção das práticas organizacionais vivenciadas no MST.

2.1 Conceitos do ‘*O Capital: Crítica da economia política*’ de Karl Marx

O livro trata de forma interdisciplinar sobre o modo de produção capitalista, demonstrando através de alguns conceitos chave a forma de criação e circulação do capital. A origem e a manutenção dos ciclos produtivos e a composição da sociedade capitalista, abrangendo desde a mercadoria, até os processos de produção e distribuição. A interdisciplinaridade utilizada por Marx marcou a história e transformou ‘*O Capital*’ na primeira obra realmente de economia política.

Os conceitos tratados no livro ‘*O Capital: Crítica da economia política*’ permitem uma análise sobre a questão agrária, formulados a partir das relações com o uso da terra, onde o uso coletivo permite acolher todos os assentados, o que não aconteceria na lógica

capitalista, onde a terra tem o papel de servir apenas algumas pessoas e a acumulação é obtida pelos processos de exploração e concentração deste capital.

O uso da terra de forma coletiva é antítese ao capitalismo, Marx estabelece que:

Parte, portanto de uma situação em que, primeiro, a população agrícola ainda constitui de longe a parte preponderante da nação e em que, segundo, o proprietário da terra ainda aparece como pessoa que se apropria em primeira mão do trabalho excedente dos produtos diretos, em virtude do monopólio da propriedade fundiária, em que, portanto, a propriedade fundiária ainda aparece como principal condição da produção (MARX, 1985, p. 246).

A posse e propriedade da terra no capitalismo garante aos proprietários a possibilidade de exploração, sendo muito comum que as grandes fazendas de latifúndios no Brasil, tenham trabalhadores em condições precárias e de trabalho escravo, e quando há salários, não é minimamente digno. A produção do capitalismo passa pela exploração advinda do difícil acesso à terra e da espoliação da mais valia do trabalho do camponês.

A produção agrícola para Marx se desenvolve sobre os excedentes que tende a uma crescente, sendo assim:

Além disso, os fisiocratas afirmam corretamente que, de fato, toda a produção de mais-valia, portanto todo o desenvolvimento do capital, repousa, de acordo com sua base natural, na produtividade do trabalho mais meios de subsistências, portanto em sentido estrito, mais produtos agrícolas, do que cada trabalhador precisa para sua própria reprodução, se o dispêndio diário de toda a sua força de trabalho apenas desse para produzir os meios de subsistências indispensáveis para sua necessidade individuais, então não se poderia falar de mais-produtos ou de mais-valia. Uma produtividade do trabalho agrícola que transcende as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda a sociedade e, sobretudo, é a base de produção capitalista, que libera da produção dos meios de subsistência uma parte sempre crescente [...] (MARX, 1985, p. 247).

O trabalho é a base para toda a produção, não apenas isso, mas, sobretudo, a base para toda a sociedade. Segundo Bazarian (1986, p.111) “O modo de produção constitui assim a força principal do desenvolvimento social”. É intrínseca a relação entre trabalho e desenvolvimento do capital, da criação de mais-valia e mais-produto e ao desenvolvimento do comércio. Assim Marx denominou “A parte do produto em que se representa a mais-valia [...] chamamos de mais-produto (*surplus produce, produit net*)⁷” (MARX, 1985, p.184).

A relação de trabalho e produção se estabelece com a produção dos excedentes que alimentam a economia capitalista, “[...] O trabalhador produz o valor de reposição de

⁷ Produto excedente, produto líquido.

sua força de trabalho e mais-valia, forma a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho - a jornada de trabalho (*working day*)⁸ (MARX, 1985, p.185).

A questão do trabalho é abordada por Marx como sendo resultado de várias transformações históricas e sociais, portanto:

A natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tão pouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de todo uma série de formações mais antigas da produção social (MARX, 1985, p.140).

Sendo assim, Marx aponta a seguinte afirmação: “Se as mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca por tanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela” (MARX, 1985, p.134).

O capital se desenvolve, mas suas bases não deixam de ter a propriedade fundiária em sua origem e em todo seu contexto, se transformando em dinheiro, fortuna e capital. Havendo diversos processos para a transformação do dinheiro em capital, este novo capital entrará no mercado de mercadorias ou no mercado de trabalho ou no mercado financeiros (MARX, 1985).

2.2 Reforma Agrária no Brasil

O Brasil se caracteriza como um país de dimensões continentais, grande biodiversidade e uma história marcada pela exploração e predomínio do latifúndio. No primeiro momento em que os colonizadores adentraram as terras e entraram em contato com os nativos, estabeleceram relações replicadas e reafirmadas no processo histórico.

No período de colonização estabeleceu traços que marcaram a estrutura econômica e social posteriores, como a manutenção do modelo econômico *plantation*, organizado pelos quatro pilares latifúndios, mão-de-obra escrava⁹, monocultura e produção destinada à exportação, tem uma nova roupagem sob o espectro do

⁸Jornada de trabalho.

⁹ No período colonial o emprego de mão de obra escrava foi amplamente utilizado, sendo os primeiros a serem escravizados os povos originários. A escravidão de nativos foi continua durante o periodo de colonização em maiores e menores escalas (WEHLING e WEHLING, 1999). O emprego de mão de obra escrava proveniente da África constituiu um mercado lucrativo e que perdurou até que as leis e impostas pela Grã-Bretanha ao Brasil, findam o comércio de escravos no ano de 1850 (BETHELL, 2002).

agronegócio. Sendo estes quatro elementos apontados por autores marxistas como parte de um processo de diluição para a formação de um novo sistema que beneficia os capitalistas (WEHLING e WEHLING, 1999).

No decorrer do século XIX e XX, várias revoltas marcaram as disputas pela terra e a insurreição da força popular frente ao domínio e opressão dos capitalistas e do Estado. Exemplos marcantes destes confrontos são o massacre do Contestado e o de Canudos. Em outros casos, surgiram a figura do grileiro, impondo pela violência e o forjamento de escrituras, a posse da terra e o poder de venda, usando da falta de uma legislação e da presença inexpressiva do Estado, para validar a posse em ações clandestinas, decididas pelo uso da força e, quando mediados por alguns órgãos do governo, a decisão sempre constituiu a expulsão dos modestos posseiros como Paraná e de Goiás (JUNIOR, 1979).

O governo do Presidente da República João Belchior Marques Goulart¹⁰ foi marcado por avanços sociais e um novo posicionamento do governo frente às questões sociais, principalmente sobre o campo e o uso da terra, onde setores esquecidos, órfãos da política populista, iniciam mobilizações tendo como impulso às grandes mudanças estruturais ocorridas entre 1950 e 1964, caracterizados pelo crescimento urbano, industrialização e ampliação do mercado dos produtos agrícolas. Neste período surge o movimento social das Ligas Camponesas, tendo como líder o advogado Francisco Julião (FAUSTO, 2019).

Neste período, após as mobilizações e expressões da força e organização popular no campo é sancionada pelo Presidente da República João Goulart, o Estatuto do Trabalhador Rural. A Lei que instituiu a carteira profissional, regulou a duração da jornada de trabalho, salário mínimo e outros direitos, possibilitando o mínimo de dignidade aos trabalhadores rurais (FAUSTO, 2019).

Segundo Fausto (2019, p.384) “Enquanto ocorria o realinhamento nos meios civis, verificou-se uma mudança da maior importância nas Forças Armadas”. O crescimento dos movimentos sociais e as posturas progressistas do governo iniciaram um processo de gestação do golpe de 1964.

Em 9 de abril de 1964 foi baixado o AI-1, orquestrado pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. De certa forma foi mantida a constituição de 1946, tendo uma ampla modificação e também o funcionamento do Congresso. Sendo a manutenção

¹⁰ Presidente da República João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango.

do congresso uma das características do regime militar, embora o poder efetivo se desloca para outras esferas e com violação dos princípios básicos da democracia, o regime militar adotou a postura de negação a seu estado autoritário (FAUSTO, 2019).

A criação de leis e estruturas que visam o desenvolvimento rural e a reforma agrária, surgem de tentativas de contornar quaisquer possibilidades de revolução popular no campo, sempre primando pela mediação das classes dominantes e capitalistas. O Estatuto da Terra tem sua gênese nos primeiros anos da ditadura militar, sendo um projeto vindo da administração de Jango que teve sua consolidação como lei para manter e estruturar a atuação do Estado sobre o acesso a terra, mas a promulgação deste estatuto não simboliza o início da reforma agrária e da manutenção do papel social da terra e, sim, a contragosto e mantido como apenas uma burocracia a mais para o Estado (BRASIL, 1964).

Durante a ditadura militar, houve a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que é uma Autarquia Federal, criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional (INCRA, 2021). A criação do Incra não significou avanços na luta pela reforma agrária, mas significou como o golpe de 1964, uma forma de protelar os avanços e lutas sociais no campo.

O período da ditadura foi elementar para consolidação do agronegócio e supressão dos movimentos sociais no campo, sendo preconizados os investimentos para os latifúndios, tanto em créditos para subsídio da produção, como na implementação tecnológica da produção. Enquanto primava pela perseguição das Ligas Camponesas, partidos políticos e lideranças religiosas que atuavam junto aos desfavorecidos e espoliados pela ação do capitalismo no campo.

2.3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surge de uma ideia embrionária da união dos camponeses e excluídos ao acesso à terra, expondo as contradições e a violência do Estado¹¹ que marcaram o período de 1970, com o ressurgimento das lutas e as ocupações de terra nas mais diversas regiões do Brasil.

¹¹ Os chamados anos de chumbo, auge do período militar e da violência e repressão imposta pelo imposição do AI 5 (ROCHA; SEMINOTTI; TEDESCO, 2018).

Um dos fatos de maior importância e que se tornou um marco para história da luta pela reforma agrária, foi a Encruzilhada Natalino¹², que foi a ocupação das granjas Macali e Brilhante e a criação de um acampamento próximo dessas áreas no Rio Grande do Sul, constituindo um núcleo de resistência ao regime militar (MST, 2021).

Na década de 1980, com o enfraquecimento do regime militar e o fortalecimento dos movimentos sociais, tanto no campo como na cidades e a busca pela democracia¹³, anunciaram o início de um período de transição, onde mesmo com ilegalidade que os movimentos e partidos que visavam ideologicamente conceitos e saberes sociais que diferiam das ideologias excludentes e repressivas do regime militar, tomam voz na cidade e no campo (RODRIGUES, 2020).

Sendo assim, uma das primeiras demonstrações de força da luta pela reforma agrária ocorreu em 25 de julho de 1981, uma manifestação que reuniu quinze mil pessoas em Porto Alegre, sendo noticiada pela imprensa nacional como a maior manifestação dos trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul, o que refletiu no surgimento em todo país de focos de resistências, acolhendo posseiros, assalariados, meeiros, arrendatários e atingidos por barragens sobre a bandeira da luta pela reforma agrária e tornando a ocupação da terra expressão camponesa de contestação ao autoritarismo (MST, 2021).

Em 1984, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o *Boletim dos Sem Terra* tornou-se o jornal sem-terra, tendo uma nova concepção da amplitude, formato, conteúdo e dos objetivos do movimento, construindo a nacionalização do movimento. O jornal se efetiva como um ferramenta essencial para o desenvolvimento do movimento, articulando as ações nas bases para formação política e fomentando a luta pela Reforma Agrária (MST, 2021).

A partir da construção das diretrizes e da definição do papel do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a luta pela terra tomou não apenas os contornos indissolúveis da posse sobre um pedaço de chão, mas a criação utópica da Reforma Agrária e do

¹² Ação organizada pela Master. Outra ação de ocupação de terra que teve grande peso na formação do MST, foi a ocupação da Fazenda Annoni, onde a aproximação dos atingidos por barragens e os sem terra foi a marca que evidenciou a luta em comum pela terra (ROCHA; SEMINOTTI; TEDESCO, 2018).

¹³ O cenário de oportunização política permitiu a articulação de pessoas e instituições, como intelectuais, setores de universidades, políticos e alas de partidos políticos, sindicatos combativos, organizações da sociedade civil - CNBB, OAB, ABI -, segmentos das igrejas católica e Luterana, além de organizações internacionais [...] (ROCHA; SEMINOTTI; TEDESCO, 2018).

socialismo. Entrando nos horizontes futuros do movimento a luta por uma sociedade justa, unindo o campo e eliminando o latifúndio e as demais formas de explorações estabelecidas pelo capital.

Fato que foi amplamente discutido no 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em 1985, evento que marcou o estabelecimento das orientações do movimento, tendo como base a ocupação da terra como princípio da luta e a Reforma Agrária como destino (MST, 2021).

Neste processo de formação do Movimento, destaca-se o papel elementar de atores sociais, como a Igreja Católica, vinculados à teologia da libertação. Os comunistas que desde o período das Ligas Camponesas tinham um contato direto com a formação de sindicatos e na defesa da reforma agrária, onde o processo de ocupação de terras e formação de guerrilhas foi iniciado como forma de tomar a terra (FERNANDES, 2000).

2.3.1 A organização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O fato de o Brasil ser um país de proporções continentais, suscita que a organização de qualquer movimento tenha dificuldade de orientar e difundir as ideias e práticas. As barreiras físicas e culturais estão presentes em todos os estados do Brasil e o MST destacou-se pela organização e coesão dos assentamentos e acampamentos em um coletivo que tem relações de troca de experiência e ajuda mútua na manutenção do movimento.

As famílias assentadas e acampadas são parte de uma estrutura participativa e democrática, havendo um processo ativo de tomadas de decisões no MST. Assentamentos e acampamentos são organizados em núcleos onde as famílias discutem as necessidades de cada área, nos núcleos são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou acampamento, estrutura que se repete nos níveis regional, estadual e nacional (MST, 2021).

O processo decisório foi constituído para que homens e mulheres tivessem o mesmo poder, equilibrando as funções e cargos. As assembleias são meios para que todos façam parte do processo de decisão, o direito ao voto é fundamental para manter a força popular nas decisões que delimitam os acampamentos e os futuros assentamentos.

2.3.2 Organização dos Assentamentos em relação ao Movimento dos trabalhadores sem-terra a nível nacional, estadual e regional

Nas instâncias nacionais ocorre o processo de assembleias e do voto, constituindo uma forma democrática e que interliga todo o movimento, sendo os Congressos Nacionais um dos espaços de maior decisão, e a cada cinco anos são votados os rumos do movimento. Há também o encontro bienal nacional, onde há avaliação e atualização das definições que emergem no Congresso Nacional (MST, 2021).

O princípio elementar mantido pelo movimento é a democracia e cooperação. Resultado das decisões são os avanços conquistados: 160 cooperativas, 190 associações, 120 agroindústrias de pequeno e médio porte. As estruturas atuam em diferentes níveis, como produção, agroindustrialização e a comercialização de alimentos (MST, 2021).

A evolução na logística e na interligação das cooperativas permitiu ao Movimento criar uma cadeia produtiva resultante do processo de Reforma Agrária, havendo a presença do Movimento nas cinco regiões do país, possibilitando a produção diversificada que suprisse as necessidades e características regionais. A produção dos assentamentos se consolidou em arroz, carne, café, cacau, mandioca, cana-de-açúcar (MST, 2021).

Mas há ainda a produção de uma grande variedade de itens, que abastecem feiras, cooperativas, mercados locais, escolas, presídios, quartéis. A implementação da agroecologia vem permitindo a produção destas variedades de alimentos saudáveis, nos Assentamentos de todo o Brasil, cerca de 50 mil famílias trabalham com as práticas da agroecologia, tendo em vista a construção de um modelo de produção com o menor impacto ao meio ambiente (MST, 2021).

2.3.3 Histórico do Município de Dionísio Cerqueira

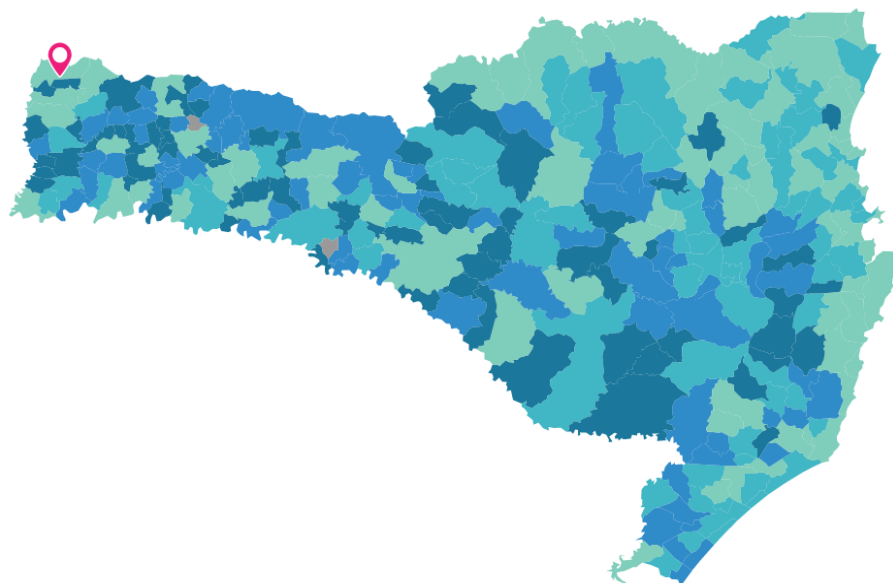
O município de Dionísio Cerqueira está localizado na divisa do extremo noroeste de Santa Catarina com o Paraná e na fronteira com a Argentina (figura 1), devido a essa peculiaridade, em 1903, foi inaugurado o Marco das Três Fronteiras (IBGE, 2021). As origens do município de Dionísio Cerqueira data de 1917, sendo uma região que fazia parte da região denominada “ex-Contestado”, na célebre questão de limites com o Paraná,

resolvida em 1916, pelo acordo realizado no governo do Presidente da República, Wenceslau Braz (IBGE, 2021).

Em 1917, com resolução das questões de limites possibilitou a criação do Distrito de Barracão, na localidade de Dionísio Cerqueira. Somente em 1938, voltava o Distrito a tomar a denominação de Dionísio Cerqueira. A região pertenceu a Chapecó até se desmembrar no final de 1953 (IBGE, 2021). Processo histórico da região é marcado pela imigração de colonos que buscavam terras cultiváveis, sendo colonizada por italianos e alemães vindos das colônias gaúchas (IBGE, 2021).

Este movimento migratório advindo das *Colônias Velhas*¹⁴ do Rio Grande do Sul no final do XIX, chegando ao Oeste catarinense em 1930, propagando-se para o Paraná em 1950. Impulsionando o avanço das pequenas propriedades de agricultura familiar, sobre áreas antes ocupadas por indígenas e caboclos. A orientação capitalista internacional influencia a economia de subsistências. Fundamentando a propriedade privada da terra, o *ethos* do trabalho e os valores comunitários e religiosos, distintos aos dos povos existentes na região (ROCHA; SEMINOTTI; TEDESCO, 2018).

Figura 1 - Localização do município de Dionísio Cerqueira no Oeste Catarinense.



Fonte: IBGE (2021)¹⁵

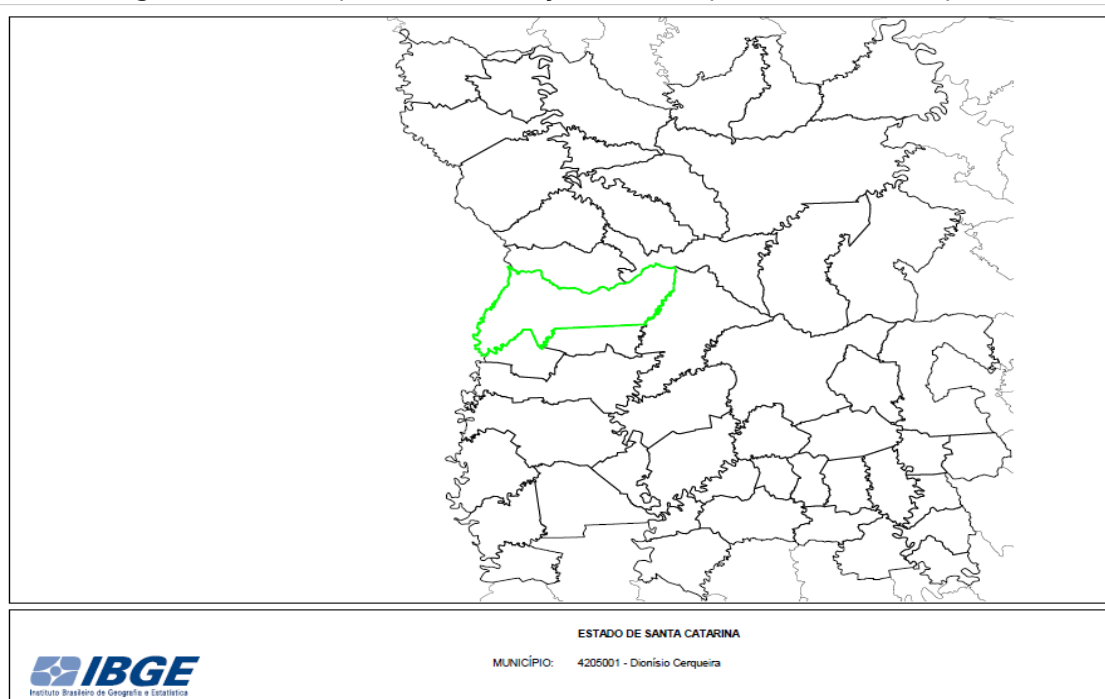
¹⁴ Colônias resultantes das políticas existentes no período Imperial e Republicano.

¹⁵ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/dionisio-cerqueira/panorama>> Acesso em: 08 de abril de 2021.

O município de Dionísio Cerqueira, possui atualmente uma população de 14.811 habitantes com densidade demográfica de 39,06 Hab/Km², com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 0,706, de acordo com o Censo Demográfico do ano de 2010. Tendo um produto interno bruto (PIB) *per capita* de R\$ 25.541,91 segundo dados atualizados em 2018 (IBGE, 2021).

Abrangendo uma área territorial de 377,70 km², com fronteiras aos municípios Princesa, Guarujá do Sul e Palma Sola, em destaque na figura 2. Altitude de 830 metros em relação ao mar (GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, 2021).

Figura 2 - Área ampliada da localização do município de Dionísio Cerqueira.



Fonte: IBGE (2010)¹⁶

A localização estratégica de Dionísio Cerqueira, possibilitou investimentos do Governo Federal, sendo a construção do primeiro e único Porto Seco do Mercosul, uma obra que leva em consideração a localização fronteiriça, tornando a principal rota interoceânica entre as grandes metrópoles do Mercado Comum, é o ponto mais próximo entre Buenos Aires e São Paulo (FRAGA e FERNANDES, 2009).

¹⁶Disponível

em:

<https://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_mudos/mapas_do_brasil/mapas_municipais/SC/4205001.pdf> Acesso em: 08 de abril de 2021.

2.3.4 Histórico do Assentamento Conquista na Fronteira

O dia 24 de junho de 1988, marca o primeiro dia de estabelecimento do Assentamento Tracutinga, nome definido pelo Estado a partir de elementos naturais da região. Os assentados, tendo como base a história de luta do acampamento, renomeiam o assentamento, sendo assim chamado Assentamento Conquista na Fronteira (SCHWINGEL e TEDESCO, 2015).

As famílias que formaram inicialmente o assentamento provinham de dois grupos diferentes, ambos selecionados e orientados pelo INCRA. Cerca de 35 famílias provinham do MST e 25 famílias eram do município de Dionísio Cerqueira, totalizando 60 famílias assentadas. Resultante deste processo foi a constituição de dois grupos distintos de trabalho coletivo. O possibilitou que não houvesse tantos conflitos, havendo um grande diferença entre os assentados provenientes do MST e os assentados que não tinham a mesma vivência do acampamento (SCHWINGEL e TEDESCO, 2015).

A área do assentamento conta com 1.180 hectares, tendo a desapropriação para a Reforma Agrária devido a uma dívida com o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), o que possibilitou a compra pelo INCRA e a destinação aos assentamento, tendo em vista a tentativa de amenizar as pressões do MST na região e efetuar o papel de viabilizador da Reforma Agrária (SCHWINGEL e TEDESCO, 2015).

Com o assentamento estabelecido as 60 famílias iniciaram os trabalhos na terra de forma coletiva mantendo a divisão de dois grupos, o que em 1990 venho ser extinto com o início da unificação total do assentamento. O que ocorreu a partir da unificação do setor de apicultura, onde houve a integração para compra de maquinário e insumos, o que passou para outros setores do assentamento, como o gado leiteiro (SCHWINGEL e TEDESCO, 2015).

E no ano de 1994 a criação Cooperunião, marca a unificação total do assentamento, sendo toda a produção coletiva e centralizada na cooperativa, que conta com 110 sócios trabalhadores. Havendo a remuneração de acordo com as horas trabalhadas, sendo oito horas para homens e quatro para mulheres e jovens, que trabalham no turno inverso da escola ou faculdade (MST, 2021).

Das 60 famílias iniciais, as pertencentes ao MST tiveram algumas mudanças, sendo algumas famílias transferidas para a região de Lebon Régis, pelo fato da existência de

parentes engajados na luta pela terra e que haveria sido assentados nestas região. Segundo Tedesco e Schwingel (2015), “[...] talvez essa também fosse uma forma de voltar ao trabalho individualizado, visto que nesses outros assentamentos o trabalho não era coletivo”.

A produção Cooperunião é baseada na agropecuária, sendo uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), tendo o poder decisório centralizado na Assembleia Geral na qual todas as decisões são discutidas e tomadas em conjunto, configurando a instância máxima da organização. Os Núcleos de Base do assentamento fazem parte deste poder decisório, sendo divididos em seis núcleos, todos operam de forma coletiva (MST, 2021).

Segundo Tedesco e Schwingel (2015), “[...] participando de um grupo de trabalho e de uma das comissões, o cooperado também deve fazer parte de um núcleo de estudo. Esses estão organizados conforme a proximidade das residências”.

Os assuntos tratados nas assembleias são discutidos e estudados nos núcleos, sendo uma das funções dos núcleos a produção de debates sobre os temas que serão abordados na assembleia, para que todos possam compreender o andamento da cooperativa. Ademais, os núcleos são uma forma de garantir a participação efetiva de todos os cooperados (SCHWINGEL e TEDESCO, 2015).

A principal estratégia estabelecida pelo assentamento e a cooperativa é garantir a subsistência das famílias, mantendo uma alimentação adequada e com os excedentes da produção proporcionar a industrialização e assim retirar a renda da terra. Para coordenar os trabalhos no assentamento, foram estabelecidas cinco equipes de trabalho, sendo estas Subsistência e Reflorestamento, Bovinocultura, Avicultura, Grãos, Administração e Social. Também conta com comissões de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Animação e Visitas e Grupo de Jovens, que organizam as demais demandas na vida do assentamento (MST, 2021).

3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa teve como escolha de objeto de estudo o Assentamento Conquista da Fronteira, localizado na região Oeste de Santa Catarina (figura 1), pela estrutura apresentada e o engajamento dos assentados ao trabalho coletivo e cooperado. Também

a manutenção da terra como bem comum sem ter a divisão, sendo uma dos assentamentos modelos para MST na adoção de práticas para o trabalho coletivo e o desenvolvimento cooperado.

A pesquisa se configura como bibliográfica, tendo os procedimentos bibliográfico e documental, realizados a partir de materiais físicos e digitais, organizados e analisados. Severino (2011) “[...] esclarece que a seleção e ordenamento dos dados obtidos proporciona um uso mais adequado nos estudos sociais”. E delimitando as fontes de pesquisas como de dados secundários. Sendo assim configurando como uma pesquisa de ordem explicativa e qualitativa.

Segundo Gil (2009) a pesquisa bibliográfica possibilita “[...] o aporte teórico metodológico necessário e possibilita a pesquisa documental sobre relatórios organizacionais referentes ao tema, também cria um comparativo entre a realidade e o conteúdo teórico da pesquisa de estudo de campo, sendo necessário para esta pesquisa a escolha destas tipologias”.

A base teórica de referência para a pesquisa é principalmente os autores, Karl Marx (1985) com os conceitos que embasam a estruturação e organização do assentamento, Boris Fausto(2019), Arno Wehling e Maria José C.M. Wehling (1999) com a contextualização histórica brasileira, Caio Prado Júnior (1979) que abordou sobre a questão agrária, Fabiana de Cássia Rodrigues (2020), Bernardo Mançano Fernandes (2000) João Carlos Tedesco e Kassiane Schwingel (2015) que discutiram sobre a construção do conceito histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também nos deram bases teóricas nestas reflexões.

Também faz parte deste estudo bibliográfico e documental, a análise de duas pesquisas sobre o Assentamento Conquista na Fronteira que orientam o entendimento das práticas sociais e comunitárias. Sendo que a primeira pesquisa analisada é de autoria de Ferreira e Sousa (2009) intitulada “*A cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no extremo oeste de Santa Catarina, Brasil: O caso da Cooperunião*”. A segunda pesquisa analisada é “*MST e desenvolvimento local: Uma experiência do assentamento Conquista na Fronteira SC*” é de autoria de Fiorentin (2006).

Marconi e Lakatos (2010) definem os parâmetros para os materiais para a pesquisa bibliográficas como sendo:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcrito por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI, LAKATOS, 2010, p. 94).

Nesta definição Marconi e Lakatos (2010) também abrem a possibilidade de uso de diversos meios que venham a enriquecer a pesquisa e criam um lista de possibilidades mais numerosas de fontes a serem utilizadas, o que permite uma maior riqueza de materiais que orientem a condução da pesquisa, solidificando a base teórica que a sustenta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das pesquisas apontaram a presença dos conceitos provenientes da obra 'O capital' de Marx, sendo que foram observados três requisitos principais no levantamento bibliográfico e suas discussões: a) a presença dos conceitos marxistas destacados (renda da terra e organização) b) a caracterização dos elementos organizacionais e comunitários do assentamento; c) e as temáticas abordadas mais especialmente ligados à realidade do Assentamento de Dionísio Cerqueira-SC.

A primeira pesquisa analisada é "*A cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no extremo oeste de Santa Catarina, Brasil: O caso da Cooperunião*" de autoria de Ferreira e Sousa (2009) que versa sobre a questão do desenvolvimento social e permanência de um modelo cooperativo sendo um enclave na sociedade de predominância capitalista.

Os pesquisadores expuseram que a definição estratégia da organização do Assentamento, na forma cooperativa e igualitária, permitiram o uso comum da terra, que desenvolveu o Assentamento, implicando em vantagens para a região. O uso comum da terra sem a divisão dos lotes e o trabalho em comum entre as famílias, possibilitou o

desenvolvimento da partilha da renda da terra. Logo, foram localizados os conceitos de propriedade e renda da terra trabalhados por Marx em '*O Capital*', aplicado como resposta às desigualdades geradas pela divisão da terra e desmantelamento do Assentamento em pequenas propriedades.

Os autores mencionaram ainda o uso da terra de forma coletiva, sem ter a divisão em lotes ou marcação como forma de consolidação da união. A produção e criação de formas de obter renda sobre produtos da terra, demarcam que há o conhecimento das teses marxistas, sendo o assentamento a expressão de uma antítese dos modelos de produção agrícola capitalistas.

O processo de leitura e consolidação dos conceitos no assentamento, estão marcados principalmente pela presença inegável das ações de cooperação e coletividade entre as famílias, que mantêm o Assentamento e a relação com a terra, de produção, coexistência e desenvolvimento regional.

A segunda pesquisa analisada "*MST e desenvolvimento local: Uma experiência do assentamento Conquista na Fronteira SC*" é de autoria de Fiorentin (2006). A pesquisa destaca o processo de formação do assentamento como ponto elementar na estruturação e desenvolvimento da cooperação, sendo o ponto decisivo para definir qual seria a atuação no assentamento e as formas de mantê-lo.

O motivo principal da adoção e intensificação de práticas para o coletivo, foram iniciados no início de 1991, através de um curso de formação na área de educação, que criou a oportunidade de discutirem sobre a forma que o assentamento iria manter sua produção. A pesquisa constatou a presença do conceito de propriedade, destacando o uso da terra e o trabalho coletivo como forma de superar as dificuldades impostas pelas condições externas do sistema capitalista.

A organização e o desenvolvimento de estratégias para beneficiar os produtos da terra marcaram o avanço da organização do assentamento. O estabelecimento da Cooperativa Cooperunião, marcaram ainda o avanço sobre as dificuldades impostas pela produção agrícola, possibilitando agregar valor sobre os produtos e constituir uma rede entre as outras cooperativas dos MST.

Também consta na pesquisa que a instalação do Assentamento implicou em mudanças nas práticas políticas da região, havendo atuação nas relações entre o Assentamento e os demais agricultores da região e também a população do município.

Sendo uma relação que mudou a perspectiva de poder, focalizando o poder popular nas decisões políticas, o que não havia na época precedente ao Assentamento.

Ambas as pesquisas analisadas possibilitaram identificar os conceitos marxistas e definir quais práticas expressam esta leitura. Mas o que de certa forma não explica de que forma são os processos de formação e como constitui se este, apenas apontando superficialmente, deixando a possibilidade de novos estudos referentes a estes assuntos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principais contribuições pensar sobre os processos sociohistóricos das estruturas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e relacioná-los às bases teóricas que tiveram um processo de assimilação, sendo '*O Capital: Crítica da economia política*' de Karl Marx, um texto de profunda magnitude e que engloba toda uma leitura sobre as estruturas capitalistas, tendo expressiva influência desta formulação do movimento e suas práticas sociais e políticas.

O Trabalho coletivo e o uso coletivo da terra demonstra um dos pontos principais para pensar uma realidade mais justa. A pesquisa demonstrou que organizar para dinamizar o uso da terra foi o fator fundamental para o crescimento e manutenção do Assentamento Conquista na Fronteira e a consolidação da cooperativa Cooperunião.

Outras lacunas que localizamos nas análises da pesquisa e que podem ser exploradas por estudo futuros são o desenvolvimento regional e as dinâmicas estabelecidas a partir da criação do Assentamento Conquista da Fronteira, relacionando às questões culturais e políticas inerentes ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Também a falta da realização da pesquisa de campo não permitiu ter um panorama mais atualizado e de maiores constatações numa perspectiva de aproximação da prática etnográfica nas questões pesquisadas.

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de demonstrar a multidisciplinaridade entre as várias áreas do conhecimento, em que utilizou-se o processo formativo oferecido pelo curso de pós-graduação em Concepções Multidisciplinares em Leitura do IFSC/Campus Xanxerê. A pesquisa em si englobou vários elementos multidisciplinares que necessitavam estar presentes para possibilitar um entendimento da Reforma Agrária,

como por exemplo, a leitura histórica, geográfica, política e sociológica que estiveram imbricadas em um contexto de investigação.

Conhecer a realidade sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em seu desenvolvimento histórico e social foi de grande valor para o aprendizado que tomou as vivências sociais registradas nos trabalhos bibliográficos como material de compreensão. A dinâmica da pesquisa possibilitou olhar para várias áreas do conhecimento, não sendo possível finalizar este processo incólume, sem que tenha uma carga de dúvidas referentes às novas questões, que eclodem e ainda movimentam os contextos atuais desafiadores da Reforma Agrária.

A STUDY OF THE ORGANIZATIONAL AND PRODUCTIVE PRACTICES OF THE CONQUISTA DA FRONTEIRA IN DIONÍSIO CERQUEIRA - SANTA CATARINA: A bibliographical and historical analysis

Abstract: The objective of this research is to reflect how the Assentamento Conquista na Fronteira of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), is organized, exposing the relationship between theories and practices in community and cooperative experience. The method employed was descriptive and explanatory, configuring a qualitative research, with data obtained through the documentary and bibliographic procedure. This research highlights the experimentation of making visible the methods and concepts of land income, land use and the historical and social relations that mark the development of the camps and settlements of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). The issues raised in this study seek to point out a reflection on Marxist thinking and the collective guidelines of the MST. Fact that allows this research to orient itself towards a mediation between the methods adopted by the MST members in the Assentamento Conquista na Fronteira of Dionísio Cerqueira-SC for the construction of local alternatives of resistance and overcoming the capitalist model, in the proposition and construction of a model fair and openly supportive. Finally, this brief study points out the main points of the movement's experience, consequently leaving a wide horizon of new questions.

Key-Words: Property. Community organization. Capitalism. Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra.

REFERÊNCIAS

- BAZARIAN, Jacob. **Introdução à sociologia**: As bases materiais da sociedade. 2ª edição. Editora Alfa omega. São Paulo, 1986.
- BETHELLL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807 - 1869. Editora do Senado. Brasília, 2002.
- BRASIL. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, 1964. Legislação Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.
- EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Síntese da produção agrícola de 2017 a 2018**. Disponível em : <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/solucoes/publicacoes/>>. Acesso em: 10 de março de 2021.
- FAO. Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura. **Brasil em resumo**. 2021. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>> . Acesso em: 22 de março de 2021.
- FRAGA, Nilson Cesar. FERNANDES, Rafael Carlos Prieto. **Fronteira e complexidade**: Barracão (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (Arg) numa perspectiva territorial e turística. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/46.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2021.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª edição. Editora da Universidade de São Paulo, UPS. São Paulo, 2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2ª edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2000.
- FERREIRA, André Vasconcelos. SOUSA, André Lima. **A cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no extremo oeste de Santa Catarina, Brasil**: O caso da Cooperunião. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/01.pdf>>. Acesso em: 22 de março de 2021.
- FIORENTIN, Marcos. **MST e desenvolvimento local**: Uma experiência do assentamento Conquista na Fronteira SC. Porto alegre. 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8824>>. Acesso em: 22 de março de 2021.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOVERNO ESTADUAL DE SANTA CATARINA. **Conheça Santa Catarina: Municípios**. 2021. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc/dionisio-cerqueira>> Acesso em: 26 de abril de 2020.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital**. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo das Cidades e Estados: Panorama do município de Dionísio Cerqueira**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/dionisio-cerqueira/panorama>>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Institucional**. 2020. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/pt/> >. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**. 2020. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html> >. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>>. Acesso em: 06 de março de 2021.

JUNIOR, Caio Prado. **A questão agrária do Brasil**. Editora Brasiliense. 2º edição. São Paulo, 1979.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo. Editora Atlas. Edição 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume 1. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume 2. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume 3. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1983.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) 2019. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **Quem somos!** 2019. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em: 20 setembro de 2019.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) **Cooperação agrícola, símbolo do Assentamento Conquista na Fronteira**, 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/01/15/cooperacao-agricola-o-simbolo-do-assentamento-conquista-na-fronteira/>> Acesso em: 20 setembro de 2019.

ROCHA, Humberto José da. SEMINOTTI, Jonas José. TEDESCO, João Carlos. **A mobilização social rural no sul do Brasil: Perspectivas de análise**. In: ROCHA,

Humberto José da. SEMINOTTI, Jonas José. TEDESCO, João Carlos. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: Questões contemporâneas**. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **MST: Formação política e reforma agrária nos anos de 1980**. Editora Lutas Anticapital. 1º Edição. Marília, 2020.

SACHET, Celestino. SACHET, Severino. **O contestado**. Santa Catarina. Editora Palotti, 2001.

SCHWINGEL, Kassiane. TEDESCO, João Carlos. **Entre símbolos e relatos: A memória dos integrantes do Assentamento Conquista na Fronteira de Dionísio Cerqueira-SC**. Memórias Rurais e Urbanas – v. 28, n. 42 (Jun/2015). Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>> Acesso em: 20 setembro de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Editora Cortez. Edição 2011.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil colonial**. Editora Nova Fronteira. 3º Edição. Rio de Janeiro, 1999.